



Revista Subjetividades
ISSN: 2359-0777
revistasubjetividades@gmail.com
Universidade de Fortaleza
Brasil

Percepção e Enfrentamento da Crise Econômica por Trabalhadores

Melo de Araújo, Marley Rosana; Nunes dos Santos, Daiane; Santana Santos, Letícia; Anjos Leal, Rose Milena dos

Percepção e Enfrentamento da Crise Econômica por Trabalhadores

Revista Subjetividades, vol. 20, núm. 1, 2020

Universidade de Fortaleza, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=527564190009>

DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e8520>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.

Percepção e Enfrentamento da Crise Econômica por Trabalhadores

The Economic Crisis Perception and Coping by Workers

Percepción y Enfrentamiento de la Crisis Económica por Trabajadores

Perception et Gestion de la Crise Économique par les Travailleurs

Marley Rosana Melo de Araújo
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
marleymeloaraujo@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e8520>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=527564190009>

Daiane Nunes dos Santos
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
daianenunesufs@gmail.com

Letícia Santana Santos
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
leticiasantanasan@gmail.com

Rose Milena dos Anjos Leal
Universidade Federal de São Carlos, Brasil
rose.rmleal@gmail.com

Recepción: 16 Octubre 2018

Aprobación: 07 Enero 2020

RESUMO:

Em tempos de crise, os indivíduos passam por situações estressantes e grande insegurança. Este trabalho teve como objetivo investigar como trabalhadores de uma capital nordestina percebem e lidam com a atual crise econômica. Pretendeu-se identificar as percepções sobre a crise vigente e as estratégias de enfrentamento (coping) utilizadas para lidar com esse fenômeno. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com foco qualitativo de análise, na qual se utilizou como técnica a entrevista semiestruturada, reflexiva e individual. Como resultados apurou-se que: a) a crise econômica é uma situação estressora que produziu consequências em diferentes âmbitos da vida dos entrevistados e; b) as estratégias utilizadas tiveram foco no problema ou foco na emoção, prevalecendo as estratégias adaptativas.

PALAVRAS-CHAVE: crise econômica, enfrentamento, trabalhadores.

ABSTRACT:

In times of crisis, individuals go through stressful situations and great insecurity. This work aimed to investigate how workers in a northeastern capital perceive and deal with the current economic crisis. It intended to identify the perceptions about the current crisis and coping strategies used to deal with this phenomenon. This is an exploratory research, with a qualitative focus of analysis, in which semi-structured, reflective, and individual interviews were used as a technique. As a result it found that: a) the economic crisis is a stressful situation that produced consequences in different areas of the interviewees' lives, and b) the strategies used focused on the problem or on emotion, with adaptive strategies prevailing.

KEYWORDS: economic crisis, coping, workers.

RESUMEN:

En tiempos de crisis los individuos pasan por situaciones de stress y gran incertidumbre. El objetivo de este trabajo fue investigar cómo trabajadores de una capital nordestina perciben y hacen frente a la actual crisis económica. Se pretendió identificar las percepciones sobre la crisis vigente y las estrategias de enfrentamiento (coping) utilizadas para lidiar con ese fenómeno. Esta es una investigación de carácter exploratorio, con enfoque cualitativo de análisis, en la cual se utilizó como técnica la entrevista semiestruturada, reflexiva e individual. Como resultado obtuvimos que: a) la crisis económica es una situación de stress que

produjo consecuencias en ámbitos distintos de la vida de los entrevistados y; b) las estrategias utilizadas tuvieron enfoque en el problema o enfoque en la emoción, prevaleciendo las estrategias adaptativas.

PALABRAS CLAVE: crisis económica, enfrentamiento, trabajadores.

RÉSUMÉ:

En temps de crise, les individus traversent des situations stressantes et une grande insécurité. Ce travail a eu pour 'objectif comprendre comment les travailleurs d'une capitale de la région Nordeste du Brésil perçoivent et gèrent la crise économique actuelle. On a essayé d'identifier les perceptions de la crise actuelle et les stratégies d'adaptation (coping) que les sujets ont utilisées pour faire face à ce phénomène. Il s'agit, donc, d'une recherche exploratoire, d'analyse qualitative, dans laquelle des entretiens semi-structurés, réflexifs et individuels ont été utilisés comme technique. En conséquence, il a été constaté que : a) la crise économique est une situation stressante qui a eu des conséquences dans différents domaines de la vie des personnes interrogées et ; b) les stratégies utilisées étaient axées sur le problème ou sur l'émotion. Aussi, on a aperçu que les stratégies adaptatives ont prévalu.

MOTS CLÉS: crise économique, gestion, travailleurs.

O trabalho possui valor imanente no que se refere às formas de reconhecimento social (Rosenfield, 2011) e o direito a ele consiste em direito humano fundamental. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) afirma que o direito ao trabalho consiste: em recebimento de remuneração justa e equitativa, capaz de garantir condições de existência digna aos trabalhadores; condições de trabalho seguras e higiênicas; lazer, jornada de trabalho razoável, descanso e férias remuneradas; e direito de associação e filiação sindical, de reinvidicação trabalhista e previdência social assegurada (Rosenfield & Pauli, 2012). Essa leitura de direitos do trabalho pelo PIDESC converge com as noções elencadas nos quatro pilares da Agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual recomenda que o trabalho decente se ancora no respeito aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (por exemplo, liberdade sindical, erradicação de formas de trabalho forçado e trabalho infantil, eliminação de formas de discriminação no emprego), na promoção do emprego de qualidade, na extensão da proteção social e na abertura ao diálogo social (MTE, 2010).

Desde 2008, em plena eclosão da mais recente crise global, que atingiu centralmente os países do hemisfério Norte, presenciamos um desperdício enorme da força humana de trabalho e uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, dominante ao longo do século XX (Antunes, 2018), colocando em xeque o que preconizam o PIDESC e a OIT quanto à observância de direitos fundamentais do trabalho.

No Brasil, observa-se, desde 2013, uma crise econômica e política sem precedentes, derivada da crise global de 2008. Vários anos de desaceleração econômica, seguidos por sucessivas contrações do PIB, levaram a renda per capita brasileira de volta ao nível do início dos anos 2000. O desemprego aberto cresceu de forma drástica, e o déficit fiscal e a dívida pública aumentaram rapidamente (Saad & Moraes, 2018). É possível acompanhar o delineamento de um cenário público extremamente hostil, caracterizado por retração econômica, crise política e econômica, redução dos gastos públicos sociais e crescimento de governos acentuatadamente conservadores, cuja pauta inclui mudanças importantes nas políticas sociais (Lobato, 2016).

É preciso recordar que o processo brasileiro de democratização pós-ditadura teve como ápice institucional a Constituição de ####, que tomava como base de construção de um novo modelo de organização social, a noção de cidadania. A Constituição de #### reconhece como direitos sociais o acesso à saúde, à previdência, à assistência, à educação e à moradia – além de à segurança, ao lazer e ao trabalho. A seguridade social institucionaliza um modelo ampliado de proteção nos moldes dos estados de bem-estar, com universalização do acesso, responsabilidade estatal, orçamento próprio e exclusivo, e dinâmica política inovadora, baseada na integração federativa e na participação da sociedade (Lobato, 2016). Contextos de crise econômica, em contraponto, afetam os investimentos públicos sociais, contingenciando os gastos com seguridade social ao atendimento de públicos específicos, extremamente vulneráveis, focalizando a atenção. Contudo é neste

momento que trabalhadores, em geral, perdem seus empregos no mercado formal, sendo impelidos a buscar nas políticas públicas sociais o lenitivo imediato para seu imperativo de sobrevivência.

Em tempos de crise econômica, os trabalhadores têm passado, cada vez mais, por situações estressantes e de grande insegurança, às quais, diversas vezes, precisam se adaptar por não poderem solucioná-las individualmente. Os efeitos de uma recessão afetam de modo adverso tanto aqueles que trabalham quanto os que perdem seus empregos, particularmente se houver taxas elevadas de desemprego. A real ameaça de perdas de carreira, modos de vida e relações com companheiros de trabalho, se mantida por um período prolongado, pode gerar uma série de tensões quase equivalentes às da perda de emprego. As fontes do estresse não são encontradas somente nos processos laborais rotineiros, mas também na tensão gerada por salário decrescente e por uma instabilidade de emprego cada vez maior (Seligmann-Silva, 2011).

Crises econômicas estão diretamente relacionadas ao sistema capitalista no qual vivemos, sendo a consequência de uma lógica na qual o lucro é visado acima da garantia do bem-estar e dos direitos dos trabalhadores, os primeiros a sentirem os impactos da crise. É pensando nos impactos aos trabalhadores decorrentes da crise pela qual passa o Brasil que se questiona como eles percebem e criam estratégias para lidar com ela. Essas estratégias são chamadas de estratégias de enfrentamento (*coping*), que podem ser entendidas como a maneira pela qual os indivíduos enfrentam as diversas demandas de suas vidas, na tentativa individual de adaptação às circunstâncias avaliadas como estressantes (Umann, Guido, & Silva, 2014). Estratégias de enfrentamento estão condicionadas a situações de adversidade, contextos que produzem vivências estressoras, e um momento de crise econômica certamente se encaixa nessas características.

Este trabalho tem como objetivo investigar como trabalhadores de uma capital nordestina percebem e lidam com a atual crise econômica. Pretendeu-se identificar: a) as percepções sobre a crise econômica vigente e; b) as estratégias de enfrentamento (*coping*) utilizadas para lidar com esse acontecimento. Essa pretensão abrange o alcance de um entendimento sobre o objeto de estudo, que atravessa desde um contexto macrossocial de crise econômica até vivências microsociais dos trabalhadores afetados, entendimento que pode alimentar a proposição de alternativas de preservação da saúde psicológica dos trabalhadores. Acredita-se que um trabalho dessa natureza pode contribuir para o conhecimento acerca das atitudes dos trabalhadores frente a situações de crise, assim como para o conhecimento acerca da eficácia das estratégias de enfrentamento utilizadas, podendo servir como base para possíveis ações de intervenção.

CRISE ECONÔMICA

Para entender as raízes da crise econômica vivenciada atualmente, é necessário compreender, inicialmente, as mudanças na dinâmica do capitalismo, reconhecendo o significado histórico das crises no seu desenvolvimento enquanto um sistema econômico e societário. Nesse sentido, as crises do capitalismo podem ser entendidas como lacunas dentro do processo de reprodução social, através do qual o capital se recicla e se reformula. Elas são inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista e a emergência delas é uma tendência sempre presente. Entre as suas principais causas, pode-se citar a concorrência intercapitalista instaurada em um mercado globalizado, com a consequente queda tendencial na taxa de lucro dos países concorrentes; o subconsumo de massa; os incidentes econômicos ou geopolíticos com potencial de desestabilizar sistemas (Mota, 2009).

O sistema econômico permanece a principal fonte das crises das sociedades capitalistas, decorrente da assimetria estrutural entre o capital e o trabalho assalariado. Dada a participação do Estado na regulação da economia, uma crise econômica pode ser deslocada para uma crise política, a qual se expressa como uma crise de racionalidade, ou seja, quando um sistema político é incapaz de lidar com exigências em conflito. Por sua vez, uma crise de racionalidade pode se transmutar em uma crise de legitimação, isto é, quando o sistema político ou econômico deixa de contar com níveis de apoio suficientes da população para continuar a funcionar, tornando-se, finalmente, uma crise de identidade (Thompson, 2013).

Thompson (2013)) procurou traçar a trajetória da crise vivenciada atualmente, que teve suas origens na crise do mercado imobiliário norte-americano, conhecida como a crise de 2008, e considerada por muitos autores como a mais grave crise financeira desde a Segunda Guerra Mundial (Chesnais, 2013; Gontijo, 2008; Holland & Brito, 2010; Thompson, 2013).

A crise financeira de 2008 (crise do subprime) se insere em um ciclo de construção residencial nos EUA, cuja fase de expansão teve início em meados da década de 1990, quando os preços reais dos imóveis passaram a se elevar a um ritmo moderado. Um novo impulso para a crise foi dado pela redução da taxa de juros promovida pelo Federal Reserve, na esteira do estouro da bolha do mercado acionário. Essa redução, junto com o aumento de operações financeiras usadas para converter uma carteira relativamente homogênea de ativos em títulos mobiliários passíveis de negociação (securitização), mais o desenvolvimento das inovações financeiras, proporcionaram o boom do mercado imobiliário (Gontijo, 2008).

Assim, em um contexto de abundância de capital financeiro e de mercado habitacional em expansão, fazia-se notar a presença de muitas famílias que tinham o crédito habitacional negado em razão de insuficiência de renda comprovada. Em certa medida, o crédito subprime foi criado para atender a esse mercado potencial (Gontijo, 2008). De acordo com o autor, até meados de 2006, o mercado hipotecário subprime funcionou muito bem, entretanto o contexto de queda dos preços e o aumento da inadimplência causaram danos irreparáveis ao mercado hipotecário, culminando em perdas nas operações imobiliárias, a chamada bolha imobiliária.

Naquele contexto, os bancos e outras instituições financeiras não conheciam, de fato, o valor real dos ativos de seus balanços e não tinham ideia do que poderia acontecer se determinados agentes entrassem em inadimplência, como ocorreu. Desse modo, os bancos que estavam implicados diretamente no mercado de hipotecas ficaram extremamente expostos. A situação explodiu quando o banco Lehman Brothers declarou falência – a maior falência empresarial da história dos EUA. Percebendo a possibilidade de uma segunda falência dessa dimensão, o governo anunciou um pacote de resgate de emergência de 700 bilhões de dólares. Assim, o desmoronamento do sistema financeiro foi evitado, mas a um preço elevado, principalmente para os setores públicos e população. Dessa forma, a crise que emergiu do setor financeiro foi fortemente deslocada para a esfera política (Thompson, 2013).

A crise que emergiu nos Estados Unidos, em 2008, se refletiu mundialmente, o que pode ser explicado, em parte, pelo processo de globalização. Na Europa, a crise produziu fortes identidades de resistência, que se opuseram não apenas às medidas tomadas para tratar da crise, mas ao próprio modelo de desenvolvimento que conduziu a ela e a partir do qual derivam as atuais tentativas de retificar a situação. A raiz da crise mundial atual é o fato de o modelo dominante de desenvolvimento ter se baseado na obtenção sistemática de endividamento. Isso se aplica não somente à dívida econômica, mas também a outras esferas (Himanen, 2013).

Os efeitos dessa crise econômica passaram a ser sentidos nos países da América Latina no final de 2008 e se estendem até os dias atuais (Ottone, 2013), repercutindo no Brasil não somente a partir de questões econômicas, mas também éticas e políticas. O Brasil vivenciou um período de significativa expansão entre os anos de 2004 e 2013. Durante esse período foi possível visualizar um conjunto de programas econômicos e sociais, incluindo a elevação do salário mínimo, a ampliação das aposentadorias, as transferências de renda para as famílias mais pobres, a expansão da educação e dos serviços de saúde, amplos investimentos em infraestrutura, e outros programas que visavam ampliar a demanda para as empresas, gerando produtos, bem como dez milhões de empregos formais, aumentando ainda mais a demanda de produção e consumo – levando ao chamado “círculo virtuoso” de crescimento (Dowbor, 2017).

Segundo Paula e Pires (2017), a economia brasileira cresceu a uma média anual de 4,8% entre os anos de 2004 e 2008. A partir de 2009, o país vivenciou um período de breve recessão devido ao contágio da crise mundial originada em território norte-americano. O Brasil ainda conseguiu atrasar por vários anos o impacto negativo da crise de 2008, apesar da contínua desindustrialização, da deterioração dos padrões de emprego

e da especialização adversa do país na divisão internacional do trabalho. Mesmo quando o choque tardio alcançou a economia, a partir de 2012, o mercado de trabalho permaneceu protegido até 2014, com ganhos salariais reais e redução do desemprego ao mínimo histórico de 4% (Saad & Moraes, 2018). Contudo, um processo de desaceleração da economia já estava em curso, contabilizando índice médio de crescimento de 2,4% ao ano, entre 2011-2014, quando entrou em forte e prolongada recessão nos anos de 2015 e 2016, com crescimento negativo médio de -3,7%, puxado para baixo tanto pelo setor de serviços quanto pelo setor industrial (Paula & Pires, 2017).

Retrocedendo ao início da crise mundial, em 2008, a fim de melhor entender seus efeitos no Brasil, verificam-se, como consequências para a economia nacional, a saída de capitais estrangeiros aplicados na bolsa de valores, a redução da oferta de crédito externo para bancos e firmas e o aumento das remessas de lucros e dividendos por parte de subsidiárias de empresas multinacionais. Naquela ocasião, o governo Lula adotou algumas medidas com uma grande variedade de instrumentos que lograram êxito na recuperação econômica a partir de meados de 2009, a exemplo do estímulo à expansão do crédito por parte dos bancos públicos e da redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para automóveis, eletrodomésticos e produtos de construção (Paula & Pires, 2017).

Nos anos seguintes, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o cenário internacional foi marcado pela sua gradual piora devido à crise do Euro, à fraca recuperação norte-americana e à desaceleração dos países emergentes (Paula & Pires, 2017). As medidas de enfrentamento adotadas no Brasil não foram bem coordenadas e careceram de consistência, produzindo, nos anos que se seguiram, uma forte deterioração das contas públicas. Desse modo, os investimentos públicos foram os mais afetados, intensificando a queda da demanda agregada e do nível da atividade econômica no país (Lacerda, 2017), de modo que se tornou impossível para o governo elevar os níveis de investimento ou melhorar o padrão de criação de empregos. O crescimento econômico terminou por fraquejar, a inflação e os déficits fiscal e em conta corrente se elevaram, a taxa de investimento caiu, e a economia estagnou a partir de 2013. O governo Rousseff subestimou a gravidade da crise global, fosse pela rápida recuperação do Brasil e de outros países de renda média em 2009 e 2010, fosse porque havia a crença de que as economias avançadas resolveriam suas próprias dificuldades rapidamente e restaurariam o padrão anterior de crescimento global (Saad & Moraes, 2018).

Em relação às causas da desaceleração e a consequente crise econômica mais recente, Lacerda (2017) aponta que é preciso estudos mais aprofundados, merecendo análises para além do calor do debate político. O mesmo vale para a discussão sobre políticas e medidas econômicas que contribuam para a superação da crise econômica. No contexto nacional, observa-se que a crise vivenciada atualmente projeta diferentes facetas, manifestando seu potencial de metamorfose de crise econômica para crise política, quando a racionalidade de um sistema político, como dito anteriormente, é incapaz de lidar com ela, abalando sua legitimidade social e produzindo uma crise de identidade (Thompson, 2013). A desaceleração econômica iniciada em 2012 alimentou um intenso desgaste político do terceiro governo petista, naquele momento liderado por Dilma Rousseff, que culminou em uma devastadora crise política (Saad & Moraes, 2018).

Por um lado, criou-se um ambiente de questionamento sistemático ao governo, fomentado tanto pela inquietação de setores populares, quanto por uma difusa insatisfação dos trabalhadores e de parcela crescente da classe média, oriunda de fatores como a violência, a precariedade da infraestrutura urbana e a redução das oportunidades de emprego, decorrentes da perda de dinamismo econômico. Por outro lado, a grande maioria dos capitalistas distanciou-se cada vez mais do governo, que tentava, sem sucesso, manter o crescimento econômico em um ambiente de alta pressão inflacionária e com uma imagem desfavorável no exterior. A grande imprensa e os aparelhos do Estado, em especial o Poder Judiciário e a Polícia Federal, criaram enormes dificuldades ao governo ao trazerem à tona e darem repercussão espetacular a grandes escândalos de corrupção envolvendo políticos do PT (Partido dos Trabalhadores) e alguns de seus aliados em partidos fisiológicos (Saad & Moraes, 2018). Do ponto de vista ético, a corrupção provocou a quebra do nível de confiança e o

comprometimento de parte do PIB brasileiro, com a descoberta, por meio da “Operação Lava Jato”, do cartel de empreiteiras que comandavam o gasto público.

A Operação Lava Jato, iniciada no princípio do ano eleitoral de 2014 e liderada pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, ganhou força rapidamente. O escândalo, que envolveu inicialmente a Petrobras, tornou-se uma força esmagadora contra dirigentes partidários e membros do governo. Embora os crimes investigados tivessem sido praticados em governos anteriores, eles incluíam os anos Lula, o que maculou não só o PT, como também a administração de Rousseff (Saad & Moraes, 2018). Na prática, a operação produziu diversos impactos em setores-chave para o país, como os complexos de petróleo e gás, de construção pesada e toda a sua cadeia de fornecedores e prestadores de serviço. Para agravar ainda mais esse cenário de instabilidade, a questão do impeachment da, então, presidente Dilma Rousseff, em 2016, influenciou diretamente a economia brasileira e reforçou sua instabilidade política.

Com o impedimento da continuidade do mandato da presidente eleita, assume a liderança política e econômica do país Michel Temer, vice-presidente de Dilma Rousseff, implementando um governo de forte tendência neoliberal, do qual Saad e Moraes (2018) destacam, ilustrativamente, medidas como a aprovação, em julho de 2017, da reforma dos direitos trabalhistas que liberalizou amplamente o mercado de trabalho, ou ainda, a implementação da Emenda Constitucional n.º 95, também de 2017, que cria um “teto de gastos fiscais” por 20 anos, com valor real igual ao do ano fiscal de 2016. Tal emenda limita fortemente a capacidade de o governo federal implementar políticas públicas e realizar política fiscal.

Cabe ressaltar que as crises econômicas acarretam consequências que atingem diretamente a realidade das pessoas, a exemplo da flexibilização da legislação trabalhista como uma forma nacionalmente institucionalizada de enfrentamento à crise, visando a diminuir custos com a redução dos direitos trabalhistas para baratear os produtos e aumentar os lucros das empresas. Nessa perspectiva, os direitos dos trabalhadores passam a ser vistos como um empecilho ao desenvolvimento da economia (Roesler, 2014), com claros reflexos no aumento do percentual de informalidade no país. Verifica-se a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego. Desse modo, a informalização da força de trabalho vem se constituindo como um dos mecanismos centrais utilizados pela engenharia do capital para ampliar a intensificação dos ritmos e movimentos do trabalho e ampliar o seu processo de valorização. Ao fazê-lo, desencadeia um importante elemento propulsor da precarização estrutural do trabalho (Antunes, 2018).

Em período de crise econômica, observa-se um efeito potencialmente negativo sobre a saúde e o bem-estar e, em particular, sobre a saúde mental dos indivíduos (Mota, 2009). Crises configuram demandas estressógenas, as quais influenciam o ajustamento psicológico e psicossocial dos indivíduos. Quando em um contexto de estresse, indivíduos recorrem a estratégias que visam a minimizar o impacto dos estressores sobre seu ajustamento, mobilizando recursos internos e externos para lidar com a situação. Nessa perspectiva de manejo e confronto com os estressores, a teoria do enfrentamento (coping) ocupa papel central para o entendimento dos mecanismos de adaptação frente ao estresse (Santos, 2013). Desse modo, é possível compreender a forma como os indivíduos percebem e lidam com os impactos que um momento de crise pode provocar.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO (COPING)

O coping é definido como estratégias utilizadas para lidar com situações adversas. O processo de enfrentamento se configura como ações regulatórias sob condições de estresse, o que envolve como as pessoas mobilizam, direcionam ou manejam comportamentos, emoções e pensamentos diante de situações estressoras, cujo efeito se verifica através da existência do desfecho adaptativo (Santos, 2013).

Em uma revisão de seus aspectos teóricos, o conceito é apresentado a partir de três gerações de pesquisadores, que se distinguem de acordo com sua concepção a respeito do tema. A primeira geração de pesquisadores, comandada especialmente por Menninger (1954) e influenciada pela psicologia do ego, concebiam o coping como algo inconsciente e que servia para lidar com conflitos sexuais. Foi a partir dessa geração que foram feitas distinções entre comportamentos relacionados a mecanismos de defesa e relacionados ao coping. A segunda geração de pesquisadores concebia o coping como um processo transacional entre pessoa e ambiente, dando ênfase ao processo e aos traços de personalidade (Folkman & Lazarus, 1985). Já a terceira geração, com nomes como Carver e Scheier (1994) e Compas, Banez, Malcarne, e Worsham (1991), motivada por evidências empíricas que indicavam que fatores situacionais não eram suficientes para explicar a variação de estratégias de coping, estuda o que a personalidade e o coping têm em comum (Antoniazzi, Dell’Aglia, & Bandeira, 1998).

A partir das tentativas da primeira geração de pesquisadores de definir e explicar o coping, foram feitas distinções entre os mecanismos de defesa do fenômeno em questão (Antoniazzi et al., 1998). Em vista disso, discussões conceituais e metodológicas a respeito do coping continuam acontecendo (Pinheiro, Tróccoli, & Tamayo, 2003), fazendo com que diversos autores concebam seus próprios conceitos, convergindo na compreensão de que os comportamentos associados a mecanismos de defesa são tidos como inconscientes e os associados ao coping, como propositais.

Ao longo das últimas décadas de pesquisa sobre coping, vários artigos sobre o tema foram publicados, dos quais muitos dizem respeito à construção de instrumentos de medida, mas ainda não há uma compreensão da estrutura do coping (Antoniazzi et al., 1998). Um dos aspectos ressaltados nos estudos da área é a discordância quanto aos tipos de estratégia de coping a serem avaliadas (Pinheiro et al., 2003). Assim, diversos autores desenvolveram seus modelos teóricos de coping, entre os quais estão: o modelo de processamento do stress e coping proposto por Folkman e Lazarus (1980), o esquema de coping e stress de Rudolph, Denning, e Weisz (1995), e o modelo de Latack (Latack, 1986).

O modelo de processamento do stress e coping de Folkman e Lazarus (1980), divide o coping em duas categorias: o coping focado no problema e o coping focado na emoção. Assim, para esse modelo, coping é um processo entre a pessoa e o ambiente que tem como função manejar a situação estressora que foi avaliada como excedendo os recursos pessoais do indivíduo (Antoniazzi et al., 1998).

A concepção do esquema de coping e stress (Rudolph, Denning, & Weisz, 1995), aconteceu a partir da constatação de que havia certa contradição entre as definições de coping. Rudolph et al. (1995) entendiam coping como um episódio, dividido em três aspectos: a resposta de coping, um objetivo subjacente à resposta e um resultado. Mais uma vez, o coping se diferencia por uma resposta que, diferente da resposta de estresse, é intencional e possui um objetivo. Esse objetivo é focado na intenção de uma redução do estresse. Os autores ainda enfatizam a diferença entre resultados de coping, que são consequências da resposta de coping, e os resultados de estresse, que são consequências da resposta de estresse.

O modelo de Latack (Latack, 1986) surgiu em meio a tantos outros modelos baseados em estudos que possuem interesse por características do estresse nas organizações, sofrimento no trabalho, impacto organizacional, entre outras. O modelo proposto por Latack “optou por uma concepção integrativa de uma metanálise de modelos estudados pela autora” (Barcaui & Limongi-França, 2014, p. 674). A partir da revisão dos modelos já existentes, o modelo de Latack definiu três novas categorias de estratégias de enfrentamento: (a) controle; (b) ações de evitação e (c) manejo de sintomas. Reavaliações cognitivas estão incluídas na categoria controle; já nas ações de evitação, manter distância é um exemplo, enquanto o manejo de sintomas diz respeito a comportamentos utilizados para aliviar o estresse.

Com o surgimento de diversos modelos para explicar o coping, pode-se acompanhar o crescimento da produção a respeito do tema, além de verificar que o interesse na relação entre estresse e coping, na área ocupacional, cresceu durante as duas últimas décadas. Apesar disso, verifica-se que o modelo de processamento do stress e coping, proposto por Folkman e Lazarus (1980), além de ser o precursor, continua

a sustentar diversas pesquisas (Fonseca, Costa, Coutinho, & Gato, 2015; Wilhelm & Zanelli, 2014) e a apresentar-se como o mais sólido.

Embora o coping já tenha sido estudado em diferentes contextos, incluindo o ambiente de trabalho (Antoniolli et al., 2018; Benetti et al., 2015), apenas na literatura internacional foram identificados estudos que investigaram as estratégias de enfrentamento diante de cenários de crise econômica (Chen et al., 2012; Russo, Pires, Perelman, Gonçalves, & Barros, 2017; Sacchetto & Vianello, 2016) carecendo, portanto, de pesquisas sobre a temática no contexto brasileiro. Assim, considerando a importância da crise econômica como um fator que ocasiona diversas consequências consideradas estressoras, como a falta de empregos ou o aumento do custo de vida, as quais atingem diretamente a vida dos trabalhadores, esta pesquisa tem o interesse de investigar como os trabalhadores, empregados e desempregados, percebem e lidam com a situação de crise econômica.

MÉTODO

Este projeto foi submetido à apreciação e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (CEP - HU/SE) (CAAE: 55067516.2.0000.5546). Trata-se de pesquisa de caráter exploratório, com foco qualitativo de análise. Optou-se por utilizar como técnica a entrevista semiestruturada, reflexiva e individual. A entrevista é um recurso amplamente utilizado em pesquisas qualitativas, pois permite ter acesso a significados subjetivos e tópicos complexos que dificilmente seriam alcançados por meio de um instrumento fechado, em formato padronizado (Szymanski, 2004).

Participantes

Os participantes - 17 trabalhadores residentes em uma capital nordestina, empregados e desempregados, maiores de idade, de ambos os sexos - foram entrevistados individualmente. Eles foram selecionados pela estratégia de amostragem intencional, que consiste em convidar para a pesquisa aqueles indivíduos considerados aptos, de acordo com os critérios de inclusão (ser maior de idade e estar formalmente empregado ou desempregado) e pertencentes à rede de contato da equipe de pesquisa (orientadora e três bolsistas). Houve o cuidado de diversificar a composição do grupo de entrevistados, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1
Caracterização dos participantes

Código	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão / ocupação	Status ocupacional	Tempo de emprego / desemprego
Ge.	M	50	Pós-graduação	Engenheiro de segurança do trabalho	Empregado	3 meses
Me.	F	27	Pós-graduação	Gerente de recursos humanos	Empregada	1 ano e 6 meses
Ri.	F	42	Pós-graduação	Defensora pública	Empregada	10 anos
Da.	F	29	Superior incompleto	Auxiliar administrativa	Empregada	3 meses
Ed.	F	—	Médio	Auxiliar administrativa	Desempregada	1 ano
In.	F	33	Superior	Engenheira ambiental	Empregada	1 ano e 2 meses
Ja.	M	28	Superior	Assistente social	Empregado	1 semana
Le.	M	21	Superior incompleto	Estudante	Desempregado	1 ano
Mo.	F	47	Pós-graduação	Psicóloga	Desempregada	3 meses e 20 dias
Ra.	M	40	Pós-graduação	Engenheiro de petróleo	Empregado	8 anos e 6 meses
Ro.	M	42	Superior	Psicólogo	Empregado	3 anos e 5 meses
Al.	M	—	Pós-graduação	Administrador	Desempregado	—
Fe.	M	—	Superior	Educador físico	Empregado	—
Gl.	F	—	Superior	Médica	Desempregada	1 mês
Ju.	M	—	Superior incompleto	Estudante	Desempregado	—
Ma.	F	23	Superior incompleto	Estudante	Desempregada	8 meses
Pa.	F	29	Pós-graduação	Psicóloga/professora	Desempregada	1 ano e 8 meses

TABELA 1
Caracterização dos participantes

Instrumento e Procedimento

O roteiro de entrevista compõe-se de seis perguntas. As perguntas iniciais versavam sobre percepções a respeito da crise econômica, as demais incluíam perguntas que se dirigiam a investigar os impactos da crise nos diversos âmbitos da vida do indivíduo e as estratégias de enfrentamento mobilizadas.

Foram realizadas entrevistas individuais com duração máxima de uma hora. Foi solicitada a permissão para gravar a entrevista, a fim de resgatar os dados posteriormente com maior exatidão, e foram feitos esclarecimentos sobre a pesquisa (finalidade, objetivo, garantia de sigilo e resguardo da identidade). Solicitou-se, ainda, o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados foram analisados a partir da técnica textual de análise de conteúdo (Bardin, 1977), a qual inclui as fases: a) pré-análise: consistindo na organização do material através da sistematização de suas ideias iniciais; b) exploração do material: que engloba a codificação, definição de categorias de análise, identificação das unidades de registro e das passagens ilustrativas nas falas dos participantes; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação: momento em que ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. Elegu-se como índice a presença ou ausência de conteúdo temático na fala dos entrevistados, em detrimento do índice frequência de conteúdo, por se tratar de um modo mais qualitativo de análise de dados textuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados desta pesquisa foram organizados em três campos: o primeiro versa sobre a percepção acerca da crise econômica; o segundo, sobre suas consequências; e, o terceiro, sobre estratégias de enfrentamento utilizadas pelos participantes. No que se refere às percepções acerca da crise econômica por parte dos entrevistados, a análise de conteúdo reuniu 20 unidades de registro que demonstraram a existência de diferentes vieses, organizados em cinco categorias temáticas, a saber: (a) Viés Político, (b) Viés Econômico, (c) Viés Social, (d) Viés Ideológico e (e) Viés Subjetivo. A seção referente às consequências da crise econômica agrupou o maior número de unidades de registro (##), que foram distribuídas, também, em cinco categorias

temáticas: (a) Impactos Psicológicos, (b) Impactos no Ambiente de Trabalho, (c) Impactos na Vida Pessoal, (d) Impactos no Mercado Laboral e (e) Consequências no Campo Político. Por sua vez, as estratégias de enfrentamento (coping), utilizadas para gerenciar o estresse, reuniram 17 unidades de registro, que foram divididas em três categorias temáticas: (a) Planejamento, (b) Respostas para Manejar a Crise e (c) Respostas para os Efeitos Emocionais.

No primeiro campo, “Percepção sobre Crise Econômica” (Figura 1), cada categoria temática recebeu uma definição constitutiva. Na categoria Viés Político, foram agrupadas as unidades de registro relativas às questões políticas envolvendo a determinação e a compreensão sobre a crise, além de prognósticos. A categoria Viés Econômico retrata os aspectos econômicos utilizados para explicar a crise e seus efeitos. Já a categoria denominada Viés Social abrange uma discussão sociológica sobre a natureza da crise e seus subprodutos sociais. Por sua vez, a categoria Viés Ideológico está relacionada aos interesses escusos e às intenções de agentes sociais que buscam tirar proveito da crise. Por fim, a categoria Viés Subjetivo trata de como o sujeito significa a crise ao seu redor.

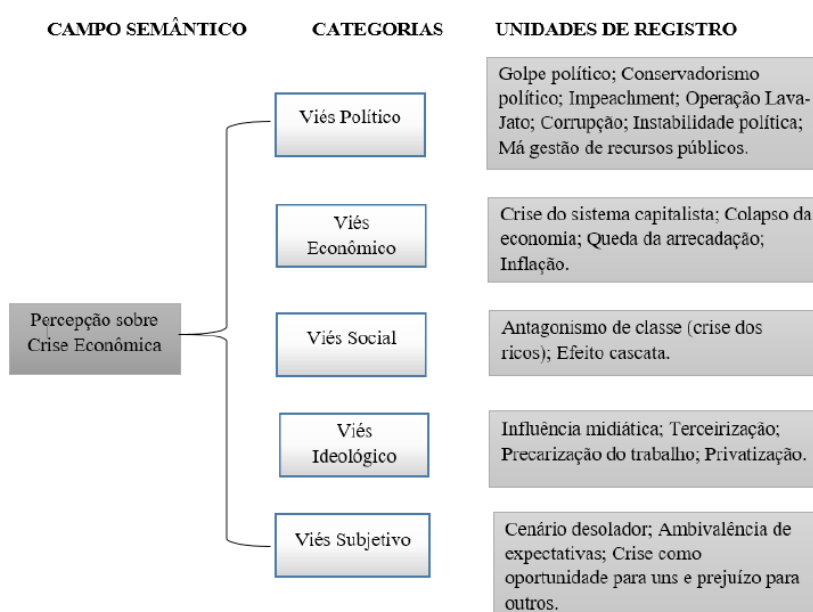


Figura 1. Percepção sobre crise econômica

FIGURA 1
Percepção sobre crise econômica

Dentre os fatores que determinaram a crise, alguns dos entrevistados abordaram a Operação Lava Jato, o impeachment, a corrupção e a má gestão de recursos públicos como possíveis causas. A Operação Lava Jato foi a maior investigação de corrupção realizada no Brasil e trouxe à tona uma série de erros na gestão do país, o que gerou uma quebra do nível de confiança e teve como resultado o comprometimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro (Garcia, 2016). Atrelado a isso, o impeachment da, então, presidente Dilma Rousseff, influenciou diretamente a economia brasileira e reforçou sua instabilidade política, além de contribuir para o avanço de um conservadorismo político devido à mudança de bloco de poder e ao fortalecimento de forças da Direita. “Eu acredito que [estabilidade] mais negativa, porque tem tido um avanço que eu nunca vi das forças conservadoras, das visões conservadoras politicamente, da Direita mesmo (entrevistado Ja.)”. Outros entrevistados entendem que, na verdade, a crise não foi consequência de, mas, sim, pretexto para um golpe político [impeachment] (entrevistado Ju.).

Outra fonte de determinação da crise econômica, para alguns dos entrevistados, reside, fundamentalmente, em uma crise do sistema capitalista (entrevistada Pa.). Portanto, uma fase de ajuste do sistema, que naturalmente passa por oscilações, as quais não há como evitar, uma vez que o sistema

está sujeito a esses acontecimentos em função de sua própria lógica de acumulação do capital (Thompson, 2013). A natureza instável do capitalismo colabora para a regularidade de ocorrência de crashes, colapsos da economia de países e sociedades (entrevistado Ro.). Quando países passam por episódios de colapso econômico, fatalmente observa-se a queda de arrecadação e inflação, pois diminui o poder aquisitivo das pessoas e a liquidez de organizações, o que prejudica o cumprimento de obrigações com taxas públicas. Mas também se observa o aumento e instabilidade de preços de artigos e serviços diversos, o que colabora para a redução da intenção de consumo da população e, de maneira circular, produz menor liquidez dos negócios para cumprirem com seus deveres tributários, comprometendo, em última instância, as políticas públicas sociais (Himanen, 2013; Lacerda, 2017), justamente quando aumenta a vulnerabilidade social dos indivíduos, uma vez que as organizações empregadoras fazem ajustes via demissões para se adequarem ao cenário recessivo, num inequívoco efeito cascata resultante da crise e seus desdobramentos.

Parte dos entrevistados (entrevistados Ma. e Fe., por exemplo) acredita que a crise diz respeito a um antagonismo de classe, isto é, a crise pertence aos ricos, mas suas consequências afetam diretamente aos mais pobres:

(...) a crise é o reflexo de problemas que não estão muito no espectro da população menos favorecida, mas que acabam refletindo na gente. Então, grandes corporações, através de suas políticas, acabam fazendo escolhas erradas, que acabam refletindo na população, a qual não tem tanta culpa. No caso: a gente. A crise, na verdade, não deveria ser nossa, deveria ser deles (entrevistado Fe.).

Segundo Dowbor (2017), com a interrupção forçada do governo Dilma, a ideia de que são as políticas sociais que geram o déficit público e a estagnação da economia permitiu que o Brasil se voltasse para uma economia de prioridade para os ricos, impedindo a ascensão social das massas populares. Para reforçar seu ponto, Dowbor traz a questão do gasto com a dívida pública - o qual atingiu 8,5% do PIB em 2015, ou seja, cerca de 500 bilhões de reais que foram transferidos essencialmente para rentistas - em contraste com o investimento feito no programa Bolsa Família, que contou com apenas dezenas de milhões. Na mesma linha de raciocínio de favorecimento de interesses dos extratos mais poderosos, a crise se torna uma desculpa socialmente aceitável para fazer valer a mudança da legislação trabalhista e previdenciária, dando a entender que tais regulamentações são um entrave ao desenvolvimento econômico de um país e, portanto, precisam ser abolidas (Roesler, 2014; Thompson, 2013).

É possível perceber uma manipulação midiática de opiniões e a imposição de entendimentos e interpretações sobre a crise, sua duração e sua utilidade. Nesse ínterim, avançam as práticas de terceirização, de precarização do trabalho e de privatização, as quais prejudicam os empregados e aqueles que dependem dos serviços públicos, desenhando um cenário desolador, produtor de desespero, tristeza e preocupação, devido às consequências trazidas pela crise e, também, à desesperança e imprevisibilidade em relação ao futuro.

As categorias do segundo campo, “Consequências da Crise Econômica” (Figura 2), representam percepções dos entrevistados quanto às variadas esferas da vida que foram afetadas pelo contexto econômico recessivo, desde um nível mais privado e individual, configurado pelo âmbito psicológico, até um âmbito mais público e coletivo do campo político, passando por impactos na vida pessoal, no ambiente de trabalho e no mercado laboral.

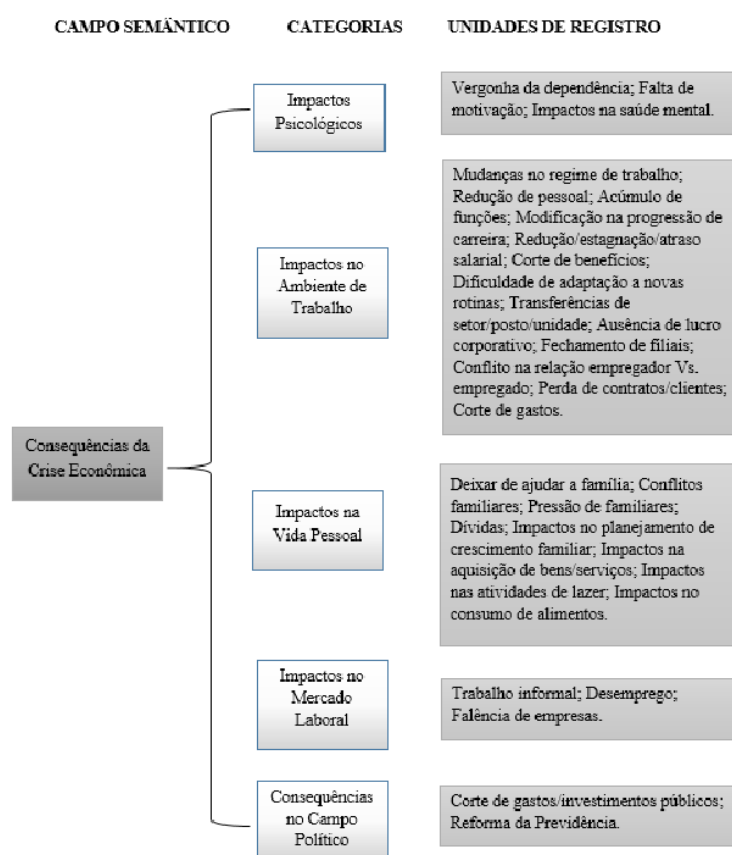


Figura 2. Consequências da crise econômica

FIGURA 2 Consequências da crise econômica

A categoria Impactos no Ambiente de Trabalho agrupou o maior número de unidades de registro (13). As unidades de registro agrupadas nesta categoria dizem respeito aos impactos no ambiente laboral sentidos tanto por parte do empregador, a exemplo da ausência de lucro corporativo e do fechamento de filiais, quanto sentidas pelos próprios empregados, como a modificação na progressão de carreira (“Mas a gente está tendo, na verdade, um cenário de grandes mudanças. Como trabalho no serviço público federal, então, a gente vai ter modificação na progressão de carreira” - entrevistado In.) e o acúmulo de funções:

A empresa tinha um supervisor de operações que fazia o serviço do campo. Com a perda dos contratos, essa função passou para o rapaz de vendas. Ele acumulou operacional e comercial e, com a saída da moça do setor de pessoal, ele também acumulou mais uma função para ele. Três funções (entrevistado Mo.).

Na sua maioria, os impactos vividos pelos empregados ilustram uma acelerada precarização do trabalho. Rosenfield (2011) define precarização como uma condição mais ampla de instabilidade e insegurança no trabalho, a qual torna o trabalho e o emprego espaços marcados por instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade, adaptabilidade e risco. Para além da precarização das condições e relações de trabalho, a autora alerta para a precarização social que pode estar em curso, buscando superar a separação entre o aumento da flexibilidade produtiva e a análise de suas consequências sociais.

A precarização social coloca em perspectiva um duplo processo: o de precarização econômica, que resulta da flexibilização salarial e das reestruturações produtivas, e o da institucionalização da precariedade, procedente das transformações legislativas referentes ao trabalho e à proteção social, corroborando o cenário sintetizado na categoria Impactos no Mercado Laboral, pelo aumento de informalidade e desemprego

marcando a realidade dos trabalhadores, ora desempregados, ora absorvidos pelas ocupações informais e precárias com objetivo de obter algum rendimento, vivendo uma situação que era para ser provisória e se transforma em permanente (Antunes, 2018; Pochmann, 2009). Como efeito complementar, com a expansão e o crescimento do trabalho informal, constata-se a queda na remuneração dos ocupados, bem como o rebaixamento das condições gerais de emprego (Pochmann, 2009).

É íntima a relação dos impactos acima citados com a categoria Impactos Psicológicos. A vergonha e humilhação pela dependência financeira de familiares, a falta de motivação e o desalento, derivam em impactos na saúde mental, como incremento em quadros de transtorno de ansiedade e transtornos depressivos, entre outros: “[sentiu os impactos] mais psicologicamente mesmo, principalmente quando estavam os dois desempregados [marido e mulher] (entrevistado Ja.)”.

Então, ele [o esposo] também acabou assumindo, também se apertou, porque, além das dívidas dele, ele assumiu as minhas dívidas por conta disso [minha demissão] e eu me senti uma inútil, foi o efeito psicológico. Eu fiquei me sentindo uma inútil, eu não conseguia sair do lugar (entrevistada Pa.).

Enfim, o principal prejuízo da crise, de tudo, não só da crise econômica, mas moral também, é o aspecto motivacional, porque mesmo quando recebe [salário], ele [o trabalhador] já acha que não vai receber (entrevistado Ri.).

Observa-se, ainda, que a redução na arrecadação de recursos para o fundo público, resultante de mais empregos sem contrato formal, produz Consequências no Campo Político, principalmente na fonte de financiamento das políticas previdenciárias e sociais. Diante da crise, a austeridade fiscal era imperativa: houve cortes em gastos públicos, investimentos, serviços e, em seguida, em aposentadorias e benefícios para desempregados. Contudo, um ajuste fiscal “suficiente” também exigiria impostos mais altos sobre o capital, o que foi rejeitado de imediato pela crescente revolta contra o governo Rousseff (Saad & Moraes, 2018). Em seu lugar, já durante a vigência do governo Bolsonaro, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da Reforma da Previdência foi promulgada pelo Congresso Nacional, em novembro de 2019 (após o período desta pesquisa), deixando em seu rastro mudanças que serão arcadas pelos entrevistados, assim como pela população: “Eu fiz as minhas contas, se eu quiser me aposentar integralmente, seria com 75 anos de idade (entrevistado Ra.)”.

Por fim, no terceiro campo, o qual versa sobre as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos participantes para gerenciar o estresse decorrente da situação de crise econômica (Figura 3), a categoria Planejamento agrupou unidades de registro que dizem respeito ao planejamento feito por alguns participantes com a intenção de evitar consequências indesejáveis derivadas de uma situação estressora, como a crise econômica. A categoria Respostas para Manejar a Crise refere-se às ações operacionalizadas ou recebidas para lidar com as consequências da crise econômica. Diferentemente destas duas categorias temáticas, que concentram estratégias de enfrentamento focadas no problema, a última categoria, Respostas para os Efeitos Emocionais, traz estratégias com foco na emoção (Folkman & Lazarus, 1980), consistindo em maneiras para lidar com aspectos emocionais causados pela crise.

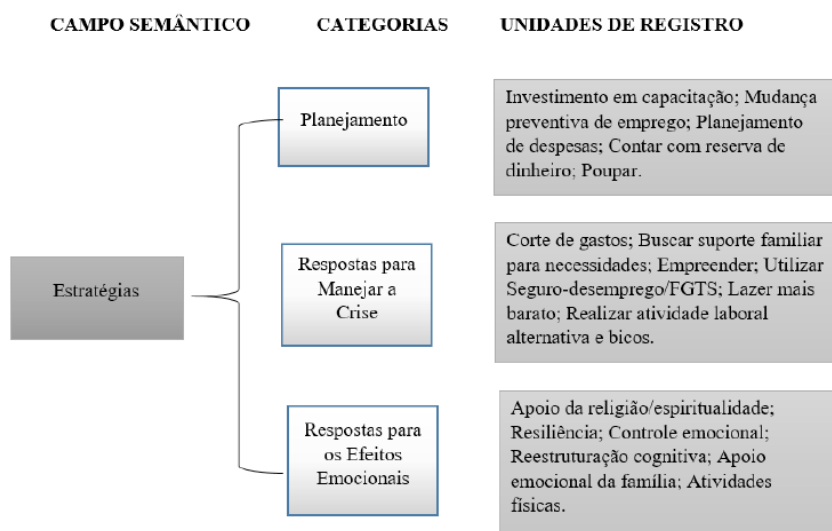


Figura 3. Estratégias utilizadas para lidar com os efeitos da crise econômica

FIGURA 3 Estratégias utilizadas para lidar com os efeitos da crise econômica

Enquanto estratégias focadas no problema, o investimento em capacitação e a mudança preventiva de emprego são tidas como maneiras de estar à frente dos acontecimentos, garantindo a não demissão ou sua vaga em detrimento de um concorrente: “Eu estava nessa empresa, a obra começou a diminuir, a ter menos serviços, e eu fiquei com receio. (...) Então, eu estava nessa empresa fazia um ano, e apareceu essa oportunidade na atual, que eu estou há três meses... (entrevistado Ge.)”.

Exemplos de estratégias focadas na emoção comparecem no controle emocional e na reestruturação cognitiva, segundo a qual os indivíduos identificam os pensamentos e corrigem os conteúdos distorcidos e suas crenças disfuncionais, permitindo que percebam que estão supervalorizando negativamente a situação e desvalorizando sua capacidade de enfrentamento (D’El Rey & Pacini, 2006), assim como na manutenção da resiliência, que faz referência a como o indivíduo pode superar experiências traumáticas elaborando-as simbolicamente e utilizando futuramente essa estratégia em novas situações estressoras (Taboada, Legal, & Machado, 2006).

Essas estratégias para lidar com a situação estressora, a crise econômica, comparecem como estratégias funcionais que aumentam a efetividade do processo adaptativo. Esse dado pode ser um indício de preservação da saúde psicológica dos indivíduos, ao assegurá-los de que seus esforços de enfrentamento estão surtindo efeito em alguma medida e, adicionalmente, reforçar sua percepção de autoeficácia, entendida como um conjunto de crenças do sujeito acerca da sua própria capacidade de organizar e executar determinado curso de ação para alcançar um dado resultado (Fontes & Azzi, 2012).

É necessário, contudo, deter a atenção na estratégia de empreendedorismo. De acordo com Chiavenato (2004, p.3), “o empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal, assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente”. Por sua vez, vejamos como um dos entrevistados alega estar empreendendo:

Por exemplo, não que consultora [da Mary Kay] seja menos, mas é uma atividade totalmente diferente da vida acadêmica que eu tinha e que eu tive durante oito anos [a entrevistada possui mestrado]. Então, eu tive que me reinventar, eu tive que me refazer. É aquele refazer da função que a crise acaba exercendo na vida da gente. A gente tem que se reorganizar, se refazer, se reinventar, procurar outros meios pra fazer. Inclusive saíram muitas reportagens a respeito disso, de que pessoas com graduação abrem o negócio e vão ser empreendedoras, porque não tava conseguindo emprego na área do seu diploma, então, ela precisava de uma alternativa, então, acabava virando doceira, confeitadeira, trabalhando em restaurante. Foi aí que eu comecei a perceber que não era só comigo que tava acontecendo. Era comigo e com meio mundo de gente (entrevistada Pa.).

Nota-se, nesse depoimento, a premência de empreender por necessidade, algo que tem sucedido a um contingente de pessoas que perdeu o emprego, não conseguiu voltar para o mercado de trabalho e se viu forçado a montar um negócio. Para reforçar essa constatação, uma série de reportagens analisadas apontou que esse tipo de empreendedorismo é recorrente e estimulado por um cenário econômico instável, no qual a busca por se inserir no mercado ou a espera por alguma política estatal de seguridade social podem ser consideradas como sinais de preguiça, falta de ímpeto empreendedor ou de talento (Salgado & Bakker, 2017).

O discurso do empreendedorismo de si mesmo assume contornos morais de justificação de uma instabilidade aparentemente escolhida, que se presta a camuflar o conteúdo de precarização inerente, precarização entendida como processo de institucionalização da instabilidade. Os indivíduos são abandonados à própria sorte em contextos recessivos, sem maior cobertura de garantias sociais, que se tornam escassas, e tornam-se alvo de um convencimento neoliberal de que são os responsáveis por seu destino, por seu sucesso, a ponto de Rosenfield (2011) lançar uma indagação inquietante: não estaríamos diante de uma justificação da precarização?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2013, o Brasil progressivamente afundou em uma crise econômica de difícil solução e em uma crise institucional sem precedentes. A imposição de forte retração fiscal em um contexto de grave contração da economia levou os serviços públicos a uma profunda crise. Apesar do primado do trabalho e do emprego constituir, na vida social, uma das maiores conquistas da democracia no mundo ocidental capitalista (Roesler, 2014), presencia-se um processo de consolidação da hegemonia neoliberal, o que muito provavelmente levará a um conflito com disposições constitucionais que ainda garantem direitos sociais, revelando a implacável hostilidade do Estado neoliberal em relação aos trabalhadores e aos pobres (Saad & Moraes, 2018). A precarização social consequente do avanço neoliberal significa, pois, um direcionamento da responsabilidade social para uma crescente individualização e a naturalização da instabilidade como valor moral partilhado no conjunto da sociedade (Rosenfield, 2011).

Diante de um cenário socioeconômico que multiplica as preocupações, o presente estudo objetivou investigar como trabalhadores de uma capital nordestina, empregados e desempregados, percebem a atual situação de crise econômica vivenciada pelo Brasil, quais as consequências produzidas por esse momento de adversidade e quais estratégias de enfrentamento (coping) foram empreendidas para lidar com a situação. Para tanto, foram realizadas entrevistas em profundidade com 17 participantes, em uma abordagem qualitativa ao tema, de modo a alcançar os objetivos mencionados a partir da análise de seus enunciados e favorecer o aprofundamento da compreensão sobre suas vivências. Compareceram nos resultados: a) explicações técnicas e sociopolíticas para a determinação da crise econômica vigente, b) consequências da crise que perpassam desde o nível microssocial e psicológico até o nível macrosocial e institucional, e c) estratégias de enfrentamento podem ser focadas no problema e/ou na emoção, adaptativas ou não.

Foi possível observar que a crise econômica vigente tem produzido impactos para os sujeitos dessa pesquisa em diferentes âmbitos de suas vidas, tanto no individual, quanto nas suas relações e processos de trabalho. No âmbito individual, esse período de crise trouxe consequências, principalmente, para a saúde psicológica dos entrevistados, que abordaram em seus discursos questões como ansiedade, falta de motivação, além de sentimentos como vergonha de voltar a depender de terceiros em virtude de desemprego. Desse modo, o período de crise vivenciado tem sido sentido por parte dos entrevistados como uma situação que produz estresse e impactos gerais na saúde mental. Barlach, Limongi-França, e Malvezzi (2008) argumentam que os momentos de crise econômica afetam os trabalhadores em maior medida que outros setores da sociedade, pois implicam diretamente em suas relações e processos de trabalho, em um contexto que já é marcado por diversas cobranças quanto ao papel desempenhado por eles. Assim, cabe ressaltar a problemática em torno

dessas questões, pontuando a importância de se pensar estratégias que visem a preservar e promover elementos que atuem como protetivos para os trabalhadores.

A crise econômica vigente se configura como um fenômeno que provoca impactos em diferentes níveis, macro e microsocial que, por conseguinte, direcionam os esforços de pesquisa correspondentes. Ainda assim, observa-se uma carência de pesquisas no cenário nacional que busquem entender como os trabalhadores percebem e lidam com essa situação individualmente e nas relações que estabelecem com os pares e os processos de trabalho, ou seja, pesquisas que gravitem na esfera microsocial. Desse modo, este estudo buscou preencher essa lacuna, com vistas a contribuir não só com o conhecimento acerca de como os trabalhadores se comportam frente a situações de crise e a eficácia de suas estratégias, como também com a fundamentação de intervenções em saúde mental e acolhimento profissional.

É imprescindível não perder de vista que à psicologia se dirige uma dupla responsabilidade que precisa ser encarada mais abertamente: o fortalecimento da capacidade adaptativa do indivíduo é um dos papéis dessa área do saber e fazer profissional, coadunando com a sua missão de promoção de saúde e bem-estar dos indivíduos, todavia aumentar a capacidade de enfrentamento e resiliência de indivíduos para lidar com agentes estressores e promotores de adoecimento potencial e/ou real não deve esquivar a psicologia de sua tarefa de enxergar, questionar, modificar, repudiar e resistir àquilo que, dentro de uma lógica capitalista de produção e de vida, colabora para a constante renovação da fragilização e do adoecimento de pessoas.

REFERÊNCIAS

- Antoniazzi, A. S., Dell'Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 3(2), 273-294. DOI: 10.1590/S1413-294X1998000200006
- Antoniolli, L., Echevarría-Guanilo, M. E., Rosso, L. H. D., Fuculo, P. R. B., Jr, Dal Pai, D., & Scapin, S. (2018). Estratégias de coping da equipe de enfermagem atuante em centro de tratamento ao queimado. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 39, e2016-0073. DOI: 10.1590/1983-1447.2018.2016-0073
- Antunes, R. (2018). O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo.
- Barcaui, A., & Limongi-França, A. C. (2014). Estresse, enfrentamento e qualidade de vida: Um estudo sobre gerentes brasileiros. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 18(5), 670-694. DOI: 10.1590/1982-7849rac20141865
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barlach, L., Limongi-França, A. C., & Malvezzi, S. (2008). O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. *Revista Interamericana de Psicologia*, 42(1), 101-112.
- Benetti, E. R. R., Stumm, E. M. F., Weiller, T. H., Batista, K. M., Lopes, L. F. D., & Guido, L. A. (2015). Estratégias de coping e características de trabalhadores de enfermagem de hospital privado. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 16(1), 3-10. DOI: 10.15253/2175-6783.2015000100002
- Carver, C. S., & Scheier, M. F. (1994). Situational coping and coping dispositions in a stressful transaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66(1), 184-195. DOI: 10.1037/0022-3514.66.1.184
- Chen, L., Li, W., He, J., Wu, L., Yan, Z., & Tang, W. (2012). Mental health, duration of unemployment, and coping strategy: A cross-sectional study of unemployed migrant workers in Eastern China during the economic crisis. *BMC Public Health*, 12(1), e597. DOI: 10.1186/1471-2458-12-597
- Chesnais, F. (2013). As raízes da crise econômica mundial. *Revista Em Pauta*, 11(31), 1-18. DOI: 10.12957/rep.2013.7556
- Chiavenato, I. (2004). *Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor*. São Paulo: Editora Manole.
- Compas, B. E., Banez, G. A., Malcarne, V., & Worsham, N. (1991). Perceived control and coping with stress: A developmental perspective. *Journal of Social Issues*, 47(4), 23-34. DOI: 10.1111/j.1540-4560.1991.tb01832.x
- D'El Rey, G. J. F., & Pacini, C. A. (2006). Terapia cognitivo-comportamental da fobia social: Modelos e técnicas. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 269-275. DOI: 10.1590/S1413-73722006000200005

- Dowbor, L. (2017). Entender a crise, retomar as conquistas. *Estudos Avançados*, 31(89), 89-95. DOI: 10.1590/s0103-40142017.31890010
- Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1980). An analysis of coping in a middle-aged community sample. *Journal of Health and Social Behavior*, 21(4), 219-239.
- Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1985). If it changes it must be a process: A study of emotion and coping during three stages of a college examination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48(1), 150-170. DOI: 10.1037/0022-3514.48.1.150
- Fonseca, J. R. F., Costa, A. L. S., Coutinho, D. S. S., & Gato, R. C. (2015). Estratégias de coping em trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 16(5), 656-663. DOI: 10.15253/2175-6783.2015000500006
- Fontes, A. P., & Azzi, R. G. (2012). Crenças de autoeficácia e resiliência: Apontamentos da literatura sociocognitiva. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(1), 105-114. DOI: 10.1590/S0103-166X2012000100012
- Garcia, G. (2016). Entenda a crise econômica. Empresa Brasileira de Comunicações (EBC), Agência Brasil, Caderno de Economia. Link
- Gontijo, C. (2008). Raízes da crise financeira dos derivativos subprime. Belo Horizonte: UFMG-Cedeplar.
- Himanen, P. (2013). Crise, identidade e estado de bem-estar social. In M. Castells, G. Cardoso, & J. Caraça (Orgs.), *A crise e seus efeitos: As culturas econômicas da mudança* (pp. 229-251). São Paulo: Paz e Terra.
- Holland, M., & Brito, I. A. (2010). A crise de 2008 e a economia da depressão. *Revista de Economia Política*, 30(1), 180-182.
- Lacerda, A. C. (2017). Dinâmica e evolução da crise: Discutindo alternativas. *Estudos Avançados*, 31(89), 37-49. DOI: 10.1590/s0103-40142017.31890005
- Latack, J. C. (1986). Coping with job stress: Measures and future directions for scale development. *Journal of Applied Psychology*, 71(3), 377-385. DOI: 10.1037/0021-9010.71.3.377
- Lobato, L. V. C. (2016). Políticas sociais e modelos de bem-estar social: Fragilidades do caso brasileiro. *Saúde Debate*, 40(Spe), 87-97. DOI: 10.1590/0103-11042016s08
- Menninger, K. (1954). Regulatory devices of the ego under major stress. *International Journal of Psycho-Analysis*, 35, 412-420.
- Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]. (2010). Plano nacional de trabalho decente. Link
- Mota, A. E. (2009). Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, *Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais* (pp.51-68). Brasília: CFESS/ABEPSS.
- Ottone, E. (2013). Uma crise não global? Desafiar a crise na América Latina. In M. Castells, G. Cardoso, & J. Caraça (Orgs.), *A crise e seus efeitos: As culturas econômicas da mudança* (pp. 383-411). São Paulo: Paz e Terra.
- Paula, L. F., & Pires, M. (2017). Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, 31(89), 125-144. DOI: 10.1590/s0103-40142017.31890013
- Pinheiro, F. A., Tróccoli, B. T., & Tamayo, M. R. (2003). Mensuração de coping no ambiente ocupacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 153-158. DOI: 10.1590/S0102-37722003000200007
- Pochmann, M. (2009). O trabalho na crise econômica no Brasil: Primeiros sinais. *Estudos Avançados*, 23(66), 41-52. DOI: 10.1590/S0103-40142009000200004
- Roesler, Á. R. (2014). Crise econômica, flexibilização e o valor social do trabalho. São Paulo: LTr.
- Rosenfield, C. L. (2011). Trabalho decente e precarização. *Tempo Social*, 23(1): 247-268. DOI: 10.1590/S0103-20702011000100012
- Rosenfield, C. L., & Pauli, J. (2012). Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: Reconhecimento e direitos humanos. *Caderno CRH*, 25(65), 319-329. DOI: 10.1590/S0103-49792012000200009
- Rudolph, K. D., Denning, M. D., & Weisz, J. R. (1995). Determinants and consequences of children's coping in the medical setting conceptualization, review, and critique. *Psychological Bulletin*, 118(3), 328-357.

- Russo, G., Pires, C. A., Perelman, J., Gonçalves, L., & Barros, P. P. (2017). Exploring public sector physicians' resilience, reactions and coping strategies in times of economic crisis; findings from a survey in Portugal's capital city area. *BMC Health Services Research*, 17(1), 207. DOI: 10.1186/s12913-017-2151-1
- Saad Filho, A., & Morais, L. (2018). *Brasil: Neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo.
- Sacchetto, D., & Vianello, F. A. (2016). Unemployed migrants coping with the economic crisis. Romanians and Moroccans in Italy. *Journal of International Migration and Integration*, 17(3), 839-852. DOI: 10.1007/s12134-015-0440-2
- Salgado, J., & Bakker, B. (2017). Quando a crise faz o empreendedor: Desemprego e empreendedorismo no jornal O Estado de S. Paulo. *Contemporânea: Comunicação e Cultura*, 15(2), 590-608. Link
- Santos, A. F. (2013). Um modelo explicativo para o bem-estar subjetivo: Estudo com mestrands e doutorandos no Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 654-662. DOI: 10.1590/S0102-79722013000400005
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: O direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 21(2), 5-16. DOI: 10.1590/S0103-166X2004000200001
- Taboada, N. G., Legal, E. J., & Machado, N. (2006). Resiliência: Em busca de um conceito. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(3), 104-113.
- Thompson, J. B. (2013). A metamorfose de uma crise. In M. Castells, G. Cardoso, & J. Caraça (Orgs.), *A crise e seus efeitos: As culturas econômicas da mudança* (pp. 101-129). São Paulo: Paz e Terra.
- Umann, J., Guido, L. A., & Silva, R. M. (2014). Estresse, coping e presenteísmo em enfermeiros que assistem pacientes críticos e potencialmente críticos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(5), 891-898. DOI: 10.1590/S0080-6234201400005000016
- Wilhelm, F. A., & Zanelli, J. C. (2014). Características das estratégias de enfrentamento em gestores universitários no contexto de trabalho. *Psicologia Argumento*, 32(79), 39-48. Link